



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680960 - PI (2021/0223660-1)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
IMPETRANTE : DIMAS BATISTA DE OLIVEIRA E OUTRO
ADVOGADOS : DIMAS BATISTA DE OLIVEIRA - PI006843
ELANE CRISTINA SILVA DE LIMA - PI015135
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
PACIENTE : JOSE WILSON ALVES PEREIRA DA SILVA (PRESO)
CORRÉU : RAINILDO NUNES SOARES
CORRÉU : FRANKLIN MARTINS VIEIRA
CORRÉU : ANASTACIO PEREIRA DAMASCENO LIMA
CORRÉU : AUGUSTO IVAN FERREIRA ABADE
CORRÉU : ERASMO CARLOS BARBOSA DE LIMA
CORRÉU : FRANCISCO FERREIRA DE SOUSA
CORRÉU : GENILTON ALVES BARRETO
CORRÉU : LUCAS XAVIER DE SOUSA
CORRÉU : JOSIAS ANTONIO MARIA DE SOUZA
CORRÉU : ERIVAN SOUZA GOMES
CORRÉU : MARIA DA GUIA NUNES SOARES
CORRÉU : IVONETE LOPES DOS SANTOS
CORRÉU : CAMILA MENDES DE SOUZA
CORRÉU : FRANCILENE SANTOS SALES COSTA
CORRÉU : STEFFANY BARRADA DE SOUSA
CORRÉU : SILVIO PEREIRA DA CRUZ
CORRÉU : WANDERLEY DA SILVA PIAUILINO
CORRÉU : ERONALDO LAVINA FERREIRA
CORRÉU : GEORGE CAVALCANTE MARQUES
CORRÉU : VALDEMAR BENICIO DOS SANTOS NETO
CORRÉU : VANDO LUCIO CHIEREGATTE DALPERIO
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JOSE WILSON ALVES PEREIRA DA SILVA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ (HC n. 0753587-83.2021.8.18.0000).

Infere-se dos autos que o paciente, junto com os corrêus, teriam praticado

"tráfico em larga escala nesta região do Sul do Estado, envolvendo os Municípios de Cristino Castro, Redenção do Gurguéia e Bom Jesus, além da prática de outros crimes, como ameaças e negociação de armas. A Autoridade Policial fundamentou seu pedido em trechos colhidos dos relatórios circunstanciados da 'Operação Chapadinha II', frutos das interceptações telefônicas realizadas naqueles autos" (fl. 47).

A parte impetrante sustenta que o paciente sofre constrangimento ilegal em razão do excesso de prazo para formação da culpa, pois "já se passou um ano e oito meses que o paciente está preso, na audiência de instrução de julgamento em 04 de setembro de 2020 o Ministério Público requereu diligências e até esta data não foram cumpridas e o processo encontra-se parado" (fl. 6).

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que responda ao processo em liberdade.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Registre-se que "o prazo para a conclusão da instrução criminal não tem as características de fatalidade e de improrrogabilidade, fazendo-se imprescindível raciocinar com o juízo de razoabilidade para definir o excesso de prazo, não se ponderando a mera soma aritmética dos prazos para os atos processuais. Precedentes" (AgRg no RHC n. 137.237/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe de 18/12/2020), o que torna a liminar, em plantão, em princípio, momento inadequado ao acolhimento da alegação de excesso de prazo.

Ademais, a complexidade e a pluralidade de réus são circunstâncias idôneas para afastar desídia ou mora estatal injustificáveis, o que rechaça, em tese, a alegação de demora suscitada no plantão.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente